

Boletim Informativo – Fevereiro de 2019

Editorial

Novos tempos: sombras e esperança!

Prezados/as cefepianos/as,

ESPERANÇA é uma das virtudes cristãs que a teologia da Igreja chama de virtude cardeal, juntamente com o amor e a fé. Hoje ouvimos falar em esperança do verbo esperar. É preciso construir a esperança no dia a dia, às vezes nas pequenas coisas. É preciso buscar a esperança, trabalhar pela esperança, lutar pela esperança. O nosso povo sabe o que é esperar, pois apesar das dificuldades do dia a dia continua a lutar e a esperar!

Não temos dúvida de que os tempos atuais são tempos difíceis para os mais pobres e para as minorias. O novo governo investe fortemente contra a democracia e na retirada de direitos. A nossa democracia, já bastante combalida, sofre ainda mais. O poder do capital, da ideologia neoliberal aliado a um viés ideológico conservador nos costumes avança fortemente. A casa comum é ameaçada. A própria Igreja é espionada e encurralada. A cada dia ficamos mais assustados. Quem sofre são os pobres! Os ricos enchem cada vez mais as suas burras.

No entanto, sabemos da luta de resistência de tantas pessoas e organizações. Nessa resistência, animada pelo Evangelho do filho de Deus, a testemunha fiel, em parceria com as demais forças sociais que veem o bem do ser humano e da casa comum estamos todos nós. Ninguém solta a mão de ninguém!

É importante que cada um de nós aprofunde a consciência da importância de nossa ação, mesmo que pequena e localizada. Nessa ação, a formação das bases é fundamental. Daí a importância de nossas Escolas Locais e das demais iniciativas. Nos dias 22 a 24 de março próximo acontece o Seminário Anual da Rede de Assessores e das Escolas Locais.

Neste ano em que comemoramos os 110 anos de nascimento de nosso patrono, Dom Helder Câmara, também o CEFEP passa por mudanças. Na continuidade dos trabalhos de Pe. Ernanne, Geraldo Aguiar, Pietra e tantos outros, vamos chegando nós para somar forças: Odete e eu, Pe. Paulo Adolfo. São novos tempos. Tempos de aprofundar a consciência de nossa missão, de apertarmos nossos laços, tempos de avançar, esperar!

Pe. Paulo Adolfo Simões
Secretário Executivo do CEFEP

Órgão ligado à Igreja Católica emite nota de Repúdio criticando o general Heleno e defendendo mobilização pela Amazônia

Nota do Observatório da Política da CBJP

Art. 5º, VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;

Art. 19. É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: § 1º - estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes, relações

de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público; (Constituição Brasileira de 5 de Outubro de 1988)

1. Em conformidade com seus objetivos, este **Observatório Político** acompanha os fatos políticos que têm importância para o aperfeiçoamento da democracia em nosso país e não se pode omitir sobre a entrevista publicada no jornal “**O Estado de São Paulo**”, edição de domingo 10/02/2019, do **General Chefe do GSI Gabinete de Segurança Institucional**, órgão integrante da Presidência da República, criticando a futura realização do Sínodo da Amazônia, promovido pelo **Vaticano** e fazendo acusações indevidas à **Igreja Católica** e à **CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil**, além de admitir que a **ABIN** investiga o evento.

2. Este fato é inadmissível, por constituir grave violação inconstitucional, na medida em que os órgãos da estrutura do Estado, estão impedidos por força dos artigos 5º, VI e 19 da **Constituição Federal**, de interferir nos cultos religiosos e nas igrejas, embaraçando-lhes o funcionamento. Igual proibição consta do artigo 44, § 1º da Lei nº 10.406/2002, que instituiu o **Código Civil Brasileiro**.



3. Além de ser inconstitucional, o pronunciamento do **GSI** é equivocado por fazer acusações inverídicas, imputando vinculações partidárias à **Igreja Católica**, classificando-a como “**esquerdista**” e inimiga do **Governo Federal**, gerando um desnecessário e inoportuno atrito entre o Estado e a Igreja Católica, como nunca se viu na história do **Brasil**, ofendendo assim o sentimento religioso dos brasileiros de todas as convicções.

4. Agrava ainda mais a atitude do **GSI**, o fato de que abertamente se imiscui em evento privado da **Igreja Católica**, o **Sínodo da**

Amazônia, promovido pelo **Vaticano**, convocado ainda em 2017, envolvendo nove países sul com a finalidade de estudar os problemas daquela região e apontar possíveis medidas na sua solução.

5. Por quê um evento desta natureza, em vez de apoio, é recebido como incômodo a ponto de produzir tão estereotipada reação? Qual a causa de tanta preocupação da **ABIN** e do **Governo federal**, com uma reunião da **Igreja Católica**, de estudos e reflexões sobre os problemas da região amazônica? O que se passa ali que não possa vir à luz do dia? Por quê não se analisar os legítimos interesses de quem quer que seja sobre as riquezas incomensuráveis que existem lá? Existirão interesses ilegítimos, inconfessáveis, de que os brasileiros não possam tomar conhecimento? Será este receio que move quem não quer a discussão?

6. Como é dever do Governo Federal cuidar de nossa **Amazônia**, defendê-la da cobiça que desperta em muita gente, os estudos do **Sínodo** colaborarão, significativamente nesta tarefa. Só devem temer o Sínodo, pois, aqueles que têm interesses ilegais, escusos, com referência às enormes riquezas existentes naquela região. A soberania da Amazônia evidentemente não será maculada pelos debates e análises que o Sínodo vai realizar, porém pela atuação predatória, aberta ou escondida de agentes públicos e privados, nacionais e estrangeiros que dela sonham em se apropriar, por meios ardilosos e sub-reptícios, aparentemente legais, ou pela força se assim for necessário.

7. Nesta linha de raciocínio, é dever do povo brasileiro, resistir à pretensão estrangeira de instalar bases militares em nosso território amazônico, seja a que pretexto for. Isto sim é jogar no lixo a nossa soberania, isto sim é crime de lesa pátria.

8. Com esta Nota Pública, portanto, se faz uma convocação a todos, cidadãos e cidadãs, parlamentares, magistrados, entidades e especialmente, autoridades, para que assumam uma firme e corajosa atitude em defesa da soberania brasileira sobre a **Amazônia**, para que sejam identificados e denunciados aqueles que, verdadeiramente, pretendam aniquilá-la.

Fonte Observatório da Política da CBJP

Relembrando, nosso Seminário das Escolas de Fé e Política e dos Assessores do Centro Nacional Dom Helder Câmara, acontecerá nos dias 22, 23 e 24 março de 2019, em Brasília, no Centro Cultural Missionário.

Saúde Indígena. Os maus planos do governo



O pacote de mudanças em discussão para a saúde indígena tem tudo para piorar a oferta de serviços. Segundo a **Folha**, a equipe de Mandetta quer alterar o status da secretaria responsável pelo setor, e repassar parte do atendimento a estados e municípios. Hoje é a União quem responde por isso. A ideia é que, em locais onde os índios sejam considerados mais próximos das áreas urbanas, as prefeituras se responsabilizem pelos serviços. Onde o contato é considerado misto, seriam os estados. A União só ficaria com áreas tidas como mais distantes.

A informação é publicada por **Outra Saúde**, 19-02-2019.

Desde 2010, a **política de saúde indígena** é coordenada pela **Sesai (Secretaria Especial de Saúde Indígena)**, por meio de espaços vinculados a 34 **DSEIS** (distritos sanitários indígenas). O ministro quer acabar com alguns DSEIS, questionando, por exemplo, a

existência de um distrito no **RJ**. E, segundo apuração da **Folha**, a própria Sesai pode acabar e ser transformada em um departamento da **Secretaria Nacional de Atenção Básica**. Mandetta não confirma, mas definitivamente não desmente: "Hoje a Sesai só faz atenção básica. Se tem uma secretaria nacional de atenção básica, pode ser que essa secretaria consiga fazer a saúde indígena" (com isso tudo, é impossível não lembrar o tweet de Bolsonaro dizendo que "reintegrar os índios à sociedade os faz "sentir mais brasileiros").

Lideranças indígenas contam na matéria que essas populações já foram atendidas pelos municípios no passado, e não era nada bom. "Muitas lideranças políticas em municípios eram ligadas a latifundiários. Perdemos muita gente por desassistência". Vale lembrar que Mandetta atuou com força na bancada ruralista enquanto deputado, alinhando-se totalmente aos interesses dos latifundiários.

Outros problemas apontados são a distância das unidades de saúde e a falta de trabalhadores para lidar com as especificidades dos indígenas. O subprocurador-geral da República **Antônio Carlos Bigonha**, que acompanha a área, é direto: "A **saúde indígena** existe não por um privilégio do indígena, mas por uma peculiaridade cultural que deve ser respeitada, além da questão das doenças que são diferenciadas. Parece que nem isso o ministério está observando muito. Em termos de saúde, o que o ministro propõe é um remédio que mata o paciente".

Fonte IHU

A reforma da Previdência é o primeiro grande ataque ao povo brasileiro



Bolsonaro e Paulo Guedes querem instituir o modelo de capitalização copiado do Chile, campeão continental de suicídio entre idosos.

A proposta de reforma da Previdência de Paulo Guedes e Bolsonaro chega ao Congresso Nacional nesta quarta-feira 20, em meio a uma crise envolvendo o agora ex-ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Gustavo Bebianno. O ex-presidente do PSL é acusado de ser o responsável por um esquema de desvios de recursos do fundo eleitoral em Pernambuco, onde mais de 400 mil reais foram destinados a candidaturas inexpressivas, numa clara operação de utilização ilegal do dinheiro que deveria ser destinado obrigatoriamente a candidaturas femininas.

A demissão do ministro tomou ares de folhetim, com a interferência do filho mais novo de Bolsonaro, Carlos, e ataques de Bebianno nas redes sociais e imprensa ao presidente que ajudou a eleger. Detentor de informações privilegiadas, o ex-homem forte do PSL tem feito ameaças veladas a Bolsonaro e se diz desapontado com o tratamento que vem recebendo.

Em meio à instabilidade, o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, entusiasta da reforma da Previdência, chegou a manifestar preocupação com a iminente demissão do ministro. Dias depois de afirmar que “qualquer um trabalha hoje em dia até os 80 anos”, Maia veio a público dizer que a crise poderia trazer dificuldades para a aprovação da reforma. Para aprovação, a PEC precisa de maioria qualificada (três quintos) na Câmara e no Senado.

Mas na verdade, Maia sabe que a reforma é de difícil aprovação com ou sem crise no ministério de Bolsonaro. Isso porque, além de atacar direitos dos trabalhadores e aposentados, a reforma coloca os congressistas em contradição com suas bases eleitorais, já que a proposta é ainda pior que aquela enviada pelo então presidente Michel Temer ao Congresso Nacional. A proposta do ex-presidente previa uma idade mínima para aposentadoria idêntica à de Bolsonaro (62 anos para mulheres, 65 para homens), mas um período de transição de 20 anos. Na proposta de Paulo Guedes, a transição é de apenas 12 anos.

O texto ainda não é público e outros temas como a situação dos militares, ajustes no Benefício de Prestação Continuada (BPC) e a relação entre trabalhadores urbanos e rurais também devem ser objeto do texto que chega ao Congresso Nacional essa semana. Seja como for, o objetivo do projeto final de Paulo Guedes e Bolsonaro é reduzir de forma considerável o alcance do regime de colaboração e instituir o modelo de capitalização, copiado do Chile, campeão continental de suicídio entre idosos.

O modelo de capitalização é uma espécie de poupança individual. O trabalhador define o percentual de contribuição e por quanto tempo, assim como na previdência privada. Esse é o objetivo final de Guedes: criar um regime de previdência pública tão parecida com a previdência privada que faça com que os trabalhadores gradualmente optem pelos produtos ofertados pelo mercado, ao invés do INSS. Essa proposta, aliás, foi elaborada por entidades ligadas ao sistema financeiro por meio da FIPE e entregue, já pronta, a Paulo Guedes, conforme atesta matéria do jornal Valor.

As tentativas de alterar o modelo de Seguridade Social tal como pensado pela Constituição Federal de 1988 é antigo. O governo de Fernando Henrique Cardoso tentou aprovar uma idade mínima para todos os trabalhadores, mas foi derrotado. Para minimizar os impactos da derrota, foi aprovada a lei 9876, que criou o fator previdenciário. No governo Lula, a reforma da Previdência aprovada em 2003 retirou direitos dos trabalhadores do setor público. Em ambos os casos as reformas se ampararam em dois argumentos principais para afirmar a “inviabilidade do sistema”: o rombo fiscal e o envelhecimento da população.

Os dados demográficos mostram que, de fato, o envelhecimento é uma realidade que requer planejamento do governo. Já o chamado “rombo da previdência”, mencionado como um mantra por “especialistas” da grande imprensa, é resultado de políticas pró-mercado que desequilibraram as contas públicas. Não é, portanto, um ato da natureza, mas efeito de opções políticas equivocadas de todos os governos nos últimos 30 anos.

Uma reforma verdadeira deveria enfrentar as políticas que fragilizaram o sistema de Seguridade Social, retirando recursos constitucionais da Previdência para o pagamento do serviço da dívida pública e a formação do famigerado superávit primário. A primeira medida, portanto, deveria ser o fim da Desvinculação de Receitas da União (DRU), criada por FHC e renovada nos governos do PT, e a revogação do teto de gastos criada por Temer, que estrangula a capacidade de investimento público e interdita a retomada do crescimento – ameaçando a própria manutenção do sistema.

Outra medida urgente é o fim das desonerações em folha. Com o propósito de incentivar o investimento produtivo, o governo – especialmente na gestão de Dilma – deu imensas isenções fiscais a vários setores da economia, que simplesmente pararam de pagar o INSS de seus funcionários com a promessa de usar esses recursos para ampliar investimentos e gerar empregos. Acontece que a economia brasileira está praticamente estagnada há cinco anos e essas desonerações não foram revistas até agora. Ao invés de investir os patrões usaram os recursos poupados com as desonerações para recompor sua margem de lucro.

Além de rever as desonerações, um governo que quisesse retomar a saúde financeira da Seguridade Social deveria também iniciar um grande programa de cobrança dos caloteiros da previdência. São quase R\$ 500 bilhões em dívidas de empresas com o governo. Algumas delas faliram, mas a maioria está em atividade. Cobrando essas dívidas – através, por exemplo, de um programa de renegociação – o governo arrecadaria mais recursos para a Previdência. Mencionamos aqui apenas três medidas básicas que poderiam enfrentar o problema do déficit artificial criado na Previdência: fim da DRU, revisão das desonerações em folha e cobrança dos caloteiros do

INSS. Tudo sem penalizar os aposentados ou trabalhadores. Se além disso o governo revisse o sistema de aposentadorias das Forças Armadas e do Judiciário, sobrariam recursos.

Diante da proposta de destruição da previdência, será preciso denunciar a farsa montada para justificar os ataques às aposentadorias, mas também, apresentar medidas concretas para demonstrar que o sistema de colaboração é viável. Tudo isso em meio à mobilização de rua em defesa dos direitos.

Fonte Carta Capital

Automonitoramento das empresas, cortes nos órgãos fiscalizadores e economia primarizada explicam Brumadinho.

A tragédia do rompimento da barragem de minério de ferro de Brumadinho completa um mês sem que o total de vítimas seja sabido. Enquanto isso, a compreensão geral sobre a dimensão e os impactos da mineração em solo brasileiro segue escassa, enquanto o ministro do Meio Ambiente faz declarações que vão na direção de mais exploração extrativista como receita para o crescimento econômico. Sobre o delicado quadro de um setor que ainda domina a pauta de exportações, o Correio entrevistou Tadzio Peters Coelho, pesquisador do assunto no Centro Ignácio Rangel da UFMA.

Sobre o aumento a vulnerabilidade das barragens, Tadzio explica que “a qualidade do minério de ferro encontrado em Minas vem caindo ao longo do tempo, o que faz com que a proporção de material sem valor econômico aumente. E os avanços tecnológicos na direção de um melhor aproveitamento do material não conseguem compensar completamente esta queda”.

No entanto, considera que a repartição de responsabilidades é mais ampla do que parece. Para além da já batida promiscuidade público-privada, com lobbies empresariais definindo tranquilamente as políticas de Estado, há a opção histórica do Estado brasileiro, endossada por todos os governos, pelo extrativismo intensivo de matérias primas, reforçada pelo momento recente de alta de seus preços. Soma-se a isso a mais nova rodada de medidas ultraliberais na economia.

“A política macroeconômica de austeridade fiscal também tem sua fatia de responsabilidade. Exemplo disso é o sucateamento do principal órgão de fiscalização de barragens no país, a Agência Nacional de Mineração – ANM. Segundo estudo do Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC), em 2018, foram

gastos apenas R\$ 4,9 milhões para ‘fiscalização mineral em áreas tituladas’ em todo o país, incluída aí a fiscalização das barragens”.

Apesar da comoção, Tadzio, que também é membro do Grupo Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade (PoEMAS), não acredita no necessário aprofundamento do debate em torno do segmento. Mas é enfático ao tratar da reincidência da Vale em tragédias socioambientais.

“Deveríamos saber o que não fazer. Durante o crime contínuo de Mariana, foi criada a Fundação Renova. A Renova seria a responsável por levar à frente o processo de reparação do rompimento da barragem de Fundão, e foi realmente o que aconteceu, substituindo o Estado na regulação do processo de reparação e definindo quem é e quem não é atingido, de acordo com os interesses das mineradoras. Em suma, a Renova é controlada pela Vale e pela BHP Billiton. As reparações e as indenizações vêm se mostrando insuficientes e muita gente ficou de fora desse processo”.

O entrevistado também alerta para outras bombas-relógio espalhadas pelo território nacional. “Venho acompanhando há mais de um ano, no Maranhão, uma barragem pertencente à Equinox Gold, empresa canadense especializada na extração de ouro. No dia 6 de novembro de 2018, material estéril (material antes do beneficiamento do minério), sem água, portanto, desmoronou e atingiu uma área de igarapés e mangue, bloqueando a estrada de acesso à comunidade de Aurizona”.

A entrevista completa com Tadzio Peters Coelho pode ser lida [clicando aqui](#)

Fonte Correio da Cidadania

Expediente

Centro Nacional de Fé e Política “Dom Helder Câmara”
Secretaria: Av. W5 Norte SGAN Quadra 905 Lote C
Cep: 70790-050 Brasília-DF
Fones: (61) 3349 4623 (61)2103-8342
E-mail: cefep@cefep.org.br
Elaboração: Pietra Soares
Revisão: Pe. Paulo Adolfo Simões.

Acesse o site do CEFEP

www.cefep.org.br

Você encontrará documentos, artigos atuais e notícias importantes relacionados à temática Fé e Política